



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ÍTALO VICTOR DA SILVA

**ANÁLISE DESCRITIVA DO DESEMPENHO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO  
EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO BRASIL E DE PERNAMBUCO, NOS ANOS  
2013 E 2017.**

SERRA TALHADA-PE

2019

ÍTALO VICTOR DA SILVA

**ANÁLISE DESCRITIVA DO DESEMPENHO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO  
EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO BRASIL E DE PERNAMBUCO, NOS ANOS  
2013 E 2017.**

Artigo apresentado como parte dos requisitos para conclusão da graduação do curso B Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco-Campus Unidade Acadêmica de Serra Talhada.  
Orientador: Prof<sup>ª</sup> Dra. Priscila Michelle Rodrigues Freitas

SERRA TALHADA-PE

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca da UAST, Serra Talhada - PE, Brasil.

S586a Silva, Ítalo Victor da  
Análise descritiva do desempenho dos cursos de graduação em Ciências Econômicas do Brasil e de Pernambuco, nos anos 2013 e 2017 / Ítalo Victor da Silva. – Serra Talhada, 2019.  
25 f. : il.

Orientadora: Priscila Michelle Rodrigues Freitas  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Unidade Acadêmica de Serra Talhada, 2019.  
Inclui referências e apêndices.

1. Economia . 2. Desempenho - avaliação. 3. Indicadores econômicos. I. Freitas, Priscila Michelle Rodrigues, orient. II. Título.

CDD 330

ÍTALO VICTOR DA SILVA

**ANÁLISE DESCRITIVA DO DESEMPENHO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO  
EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO BRASIL E DE PERNAMBUCO, NOS ANOS  
2013 E 2017.**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco, pela seguinte banca examinadora:

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dra. Priscila Michelle Rodrigues Freitas  
Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

---

Prof. Dra. Loraine Meneses dos Santos  
Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

---

Prof. Me. Adelson dos Santos Silva  
Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Serra Talhada – PE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

# **ANÁLISE DESCRITIVA DO DESEMPENHO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO BRASIL E DE PERNAMBUCO, NOS ANOS 2013 E 2017.**

Autor: Ítalo Victor da Silva

Coautora: Prof<sup>a</sup> Dra. Priscila Michelle Rodrigues Freitas

## **RESUMO**

Este trabalho busca avaliar o comportamento da oferta dos cursos presenciais em Ciências Econômicas nos anos de 2013 e 2017, bem como o desempenho do indicador Taxa de Sucesso na Graduação. Para isso, foi utilizada a base de dados do Censo da Educação Superior do Inep. Através de análises gráficas foi permitida a comparação dos dois anos citados e uma avaliação de comportamento da oferta do curso. Dentro os resultados apresentados, podemos destacar: uma redução no número de cursos no país nesses anos; a crise econômica enfrentada pelo país afetou principalmente as instituições privadas; e a região Nordeste foi a única com cenário contrário no que diz respeito ao número de cursos ofertados.

**Palavras-chave:** Economia, Desempenho, Indicador.

## **ABSTRACT**

This paper aims to evaluate the behavior of the offer of on-site courses in Economic Sciences in 2013 and 2017, as well as the performance of the Graduation Success Rate indicator. For this, the database of the Inep Higher Education Census was used. Through graphical analysis it was allowed the comparison of the two years mentioned and an evaluation of the course offer behavior. Within the results presented, we can highlight: a reduction in the number of courses in the country in these years; The economic crisis faced by the country mainly affected private institutions; and the Northeast region was the only one with the opposite scenario regarding the number of courses offered.

**Keywords:** Economics, Performance, Indicator.

## **INTRODUÇÃO**

A ideia de educação como uma maneira do poder público melhorar um cenário socioeconômico já se encontrava no século 18, a bandeira de educação compulsória e universal, financiada *in totum*, e pelo menos parcialmente provida pelo Estado, é uma tônica constante da economia clássica desde Adam Smith(cf. Robbins, 1965, e Blaug, 1975). Theodore Schultz(1973) também acreditava que o poder público seria capaz de criar mecanismos eficazes para uma educação das massas.

Uma maior necessidade de qualificação profissional, exigida pelo setor produtivo, levou a um crescimento acentuado da procura pelo ensino superior no Brasil, as matrículas chegaram a aproximadamente 8,3 milhões, segundo o Censo da Educação Superior 2017, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O curso de ciências econômicas, objeto de estudo desse trabalho, contava com um total de 30.965 vagas ofertadas em cursos presenciais em todo país.

Mas, embora esses números denotem uma evolução significativa por parte da população em se adquirir uma melhor formação educacional, as informações do Inep também apresentam que das 2.448 instituições de ensino superior no Brasil, apenas 296 são da rede pública. Outro grande problema enfrentado pela educação superior no Brasil foi o cenário de crise atravessado pelo país nos últimos anos.

A pergunta que essa pesquisa tenta responder é como estão distribuídos os cursos de Ciências Econômicas em território nacional e no estado, e como evoluíram no intervalo de 4 anos. Nesse sentido, esse trabalho tem por objetivo principal analisar o perfil do curso de graduação de bacharelado em Ciências Econômicas no Brasil e em Pernambuco, nos anos 2013 e 2017, sendo o objetivo específico, apresentar como estão distribuídos os cursos, tanto em termo locacional quanto a sua categoria administrativa; além de discutir a evolução da Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) do curso nas cinco regiões, com ênfase ao estado de Pernambuco.

Além desta introdução, este trabalho está dividido pelas seguintes seções: a segunda seção traz referencial teórico que aborda resumidamente a teoria do capital humano e uma revisão de literatura sobre economia da educação, com ênfase no ensino superior, e a história do curso de Ciências Econômicas no Brasil; a terceira seção é definida a metodologia utilizada; a quarta seção é discutido os resultados da pesquisa; e a última seção é apresentada as considerações finais do estudo.

## **2. A teoria do capital humano e a educação superior.**

### **2.1. Teoria do Capital Humano**

O capital humano compreende que o homem, como fator de produção, necessita de investimento a fim de superar suas limitações produtivas. O capital humano constitui não apenas o somatório de do investimento em uma qualificação afim de melhor desempenho profissional, mas também baseia-se em comportamento ético. Logo, o

conceito de capital humano se baseia na melhora das condições da população com menos recursos a disposição depende mais do conhecimento do que do capital físico.

A conceituação e interesse no capital humano permeou pelas obras de vários economistas, como em *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, com as obras de Alfred Marshall, e ainda pela escola de Chicago, com destaque para Theodore Schultz. Embora se assumisse que existia uma correlação entre pobreza e incompetência, muitos economistas tendiam a ver o investimento em educação mais como forma de bem-estar social do que como capital humano e com isso, parte da produtividade de um país. (cf. Blaug, 1975; Schultz, 1971, e Becker, 1964)

Segundo Fonseca, Alfred Marshall, através dos “Princípios de Economia (PEc), seria aquele como melhor entendimento sobre a necessidade de sua aplicação como forma de desenvolvimento social de maneira frutífera. Sendo sua base argumentativa o fato de que economias menos favorecidas se encontram nessa situação mais por carência de força produtiva competente, do que recursos financeiros e capital físico.

Marshall salientava: Os economistas clássicos não consideravam que as habilidades humanas representam meios de produção tão importantes como qualquer outro tipo de capital[...] um pequeno e temporário freio à acumulação de capital físico, mesmo com viés apenas econômico, poderia proporcionar um crescimento, a longo prazo, até mesmo de riqueza material, mais do que um maior parque industrial. Para isso esse “freio” precisaria fornecer melhores oportunidades a grande maioria das pessoas, de modo que estas tornassem suas capacidades produtivas mais eficazes e cultivassem hábitos de caráter ético, acarretando em produtores cada vez mais competentes.

Dessa forma, a compreensão da educação, saúde e alimentação não deixariam de ser questões sociais para qual deveriam se atribuir algumas resoluções, mas também seriam uma questão econômica, investir nos indivíduos propiciaria uma melhoria em suas maneiras de produzir.

Em contrapartida, a população crescer de maneira acentuada e somada ao fato da renda ser distribuída com grande discrepância, tornaria cada vez mais complicado fomentar capital humano de modo a promover desenvolvimento consistente. A empregabilidade dos recursos para adquirir aptidões com maior eficiência na produção pode encontrar entraves e não chegar ao êxito esperado.

Para Schultz (1973), o poder público teria um papel essencial para o desenvolvimento do capital humano, uma vez que poderia fornecer uma base

educacional que atendesse a maior parte da população, ao contrário da iniciativa privada que estaria disponível a uma parcela limitada do público. Sem dúvida a implementação de políticas públicas eficientes tendem a acelerar o crescimento da formação de capital humano, seja por meio de educação tradicional ou inovação tecnológica.

## **2.2 Economia da Educação e o Ensino Superior**

Existe uma estreita e antiga relação entre a economia e a educação, essa relação foi levada mais a sério a partir da década de 60. Economias devastadas pela guerra e a necessidade de uma retomada fizeram com a educação fosse adotada como uma ferramenta para o crescimento da renda e desenvolvimento social, conseqüentemente propiciaria um desenvolvimento de todo o país. (Bressan; Gasparelo, 2018)

Como já sintetizado pela Teoria do Capital Humano, uma educação de qualidade tenderia a impactar positivamente na produtividade de uma nação. Além disso, indivíduos com melhor instrução tendem a reduzir gastos com saúde e níveis de segurança mais altos, o que geraria uma economia mais eficiente. Mais do que qualificação profissional, instituições de ensino superior ainda podem impactar a economia com injeções de recursos, geração de empregos e demanda por trabalho qualificado como de professores e pesquisadores.

No Brasil, a ascensão do ensino superior nas últimas décadas baseia-se, em partes, na ideia de que uma graduação pode significar uma renda maior, ao longo dos anos 2000 a razão entre as médias salariais de graduados no ensino superior e dos formados no ensino médio variou entre 2,65 e 2,9, o que parece sustentar uma forte demanda por educação superior, e ainda, segundo estudo publicado pelo Insper em 2016, que avaliou o impacto do ensino superior no trabalho e renda dos municípios brasileiros, estimativas indicam que a variação do percentual de adultos com ensino superior em 1 ponto percentual está associada ao crescimento de 0,9% dos salários e de 1,3% da renda domiciliar per capita.

## **2.3 Ciências Econômicas: breve história do curso no Brasil**

A área de Ciências Econômicas enfatiza a atividade de uma sociedade no que diz respeito a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços. Tendo como questão

principal a “escassez”, o profissional economista precisa elaborar estratégias a fim de resolver questões envolvendo a escassez dos recursos. Comumente dividida entre microeconomia e macroeconomia. Sendo a microeconomia focada em tomadas de decisões individuais e lida com conceitos que exploram a determinação de preços, produto e mercado, enquanto a macroeconomia com o agregado dessas tomadas de decisões e de maneira mais ampla sobre a produção, distribuição e consumo.

Atualmente os cursos de graduação Ciências Econômicas no Brasil possuem um tempo de duração que varia de 4 a 5 anos. Afim de capacitar profissionais para atuação em diversas áreas, o curso reúne diversas disciplinas em diferentes setores da própria economia, e embora existam diferenças em grades curriculares a depender da instituição de ensino, algumas disciplinas se apresentam como padrão de forma generalizada nas mesmas, como é o caso da economia política, economia ambiental, estatística, micro e macro economia, econometria, economia monetária. Isso pode propiciar ao profissional habilidades para compor equipes em exercício nos mais diversos setores, que vão do agronegócio ao mercado financeiro, empresas (de qualquer porte), administração pública e institutos de pesquisa em economia.

O ensino superior de economia no país passou por longas e diversas transformações, seja em tempo de duração, desenvolvimento de um curso próprio e não como apenas uma cadeira em outros cursos, ou até mesmo pela atual definição.

### **2.3.1. História do curso de Ciências Econômicas no Brasil**

A história do curso de Ciências Econômicas no Brasil remete ao século 19, através das Aulas de Comércio da Corte, existentes desde de 1808, ao qual começava a fomentar um ensino sobre economia no país. No entanto, apenas em 1820 houve uma inclusão de uma cadeira de Economia Política em um curso de Direito, e que mais tarde, em 1827, viria a ser incluída em mais dois cursos.

Havia novas perspectivas a respeito da disciplina, Segundo Visconde de Cachoeira,: a Economia Política tem como objetivo “produzir, fomentar e aumentar a riqueza nacional”; para isso, a disciplina deverá mostrar “as diversas seitas dos economistas, dos demasiadamente liberais, dos que seguem o sistema comercial ou restritivo, e dos que justificam a cada uma em particular” (Decreto de 9/01/1825, p.02)

Ao longo do século ocorreu a implementação da cadeira específica junto às Aulas de Comércio, aulas essas que passaram por diversas reformas, uma delas,

inclusive, culminou na mudança do nome “Aulas de Comércio da Corte” para Instituto Comercial do Rio de Janeiro, inspirado na Escola de Comércio de Paris.

A República trouxe, sobretudo, profundas transformações ao curso comercial, passando agora a ser formalmente Curso Superior de Comércio pelo então Presidente Rodrigues Alves, em 1905. Percebe-se uma maior seriedade que agora era dado, uma vez que o curso ensinava Ciência Econômica. O novo curso abrangia, entre vários, estudos sobre estatística, ciência política das finanças, banco modelo. (Castro, 2001, p.22)

Contudo, ainda faltava ao Ensino o mesmo prestígio social dado aos demais cursos tradicionais, algo que viria a mudar durante a era Vargas. A década de 1930 trouxe as lutas pela regulamentação dos profissionais que atuavam como economistas, com protagonismo por parte do Instituto Ordem dos Economistas do Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Castro, houve atuação do Conselho Federal dos Economistas Profissionais, mas este possuía um caráter corporativista.

O país estava atravessando um desenvolvimento econômico que obrigava maior profundidade no que diz respeito a ciência econômica, ou seja, demandava mais profissionais com ensino superior a fim de trazer resoluções aos problemas das esferas pública e privada. Aliado ao fato da existência de uma vontade coletiva para regulamentar essa área profissional, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro em 19 de dezembro de 1938.

Mas apenas em 1946 o país obteve um curso integrado a uma instituição universitária com currículo padrão. E por fim, em 13 de agosto de 1951, o deputado gaúcho Fernando Ferrari, através da Lei nº 1.411, e por meios dos Conselhos de caráter federal e regional, tornou o economista uma profissão regulamentada.

### **2.3.2. Economia: uma ciência social aplicada**

Desde os seus primórdios em solo brasileiro, a educação em economia possuiu disciplinas em áreas exatas e outras que apresentavam preocupações quantitativas. No entanto, ao decorrer das décadas que se desenvolveu no país, se atrelou a algumas ciências humanas, como é o caso do campo jurídico, ao qual se tornou inclusive uma cadeira dentro de alguns cursos e que perdurou até mesmo depois do desenvolvimento como um curso próprio.

Dentro de tudo isso nasce uma pergunta: A Economia é uma ciência exata ou humana? **A Economia é uma ciência social aplicada**, que a grosso modo, seria um meio termo entre as humanas e exatas, uma vez que lida com a escassez e atividades econômica de um ou vários grupos de indivíduos. Por isso um graduado em ciências econômicas precisa deter conhecimento que englobe o setor financeiro ao lado humano, e como eles moldam um ao outro.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. Origem dos dados**

Os dados secundários utilizados neste estudo foram captados a partir dos resultados dos indicadores de qualidade, a saber Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), Conceito Preliminar do Curso (CPC) e Índice Geral dos Cursos (IGC), além do Censo da Educação Superior do Instituto de Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (Inep), enfatizando a base de cursos, onde foram minerados os dados referentes aos cursos de Ciências Econômicas. Os dados coletados a partir do Inep dos anos de 2012, 2015 para os indicadores de qualidade e de 2013 e 2017 para o Censo do Ensino Superior possibilitaram análises comparativas.

Sendo executado todos os anos pelo Inep, o Censo da Educação Superior engloba informações detalhadas a respeito dos cursos de graduação ofertados pelas Instituições de Ensino Superior (IES), sejam cursos presenciais ou a distância, e cursos sequenciais.

As informações coletadas ainda abrangem dados sobre discentes e docentes, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes. Sendo obtidos através de questionários feitos nas IES, esses dados são importados do Sistema e-MEC.

Uma vez apurado, o Censo da Educação Superior propicia a criação de indicadores para diagnóstico sobre o ensino superior. Todas essas estatísticas são acessíveis a população no InepData.

#### **3.2. Variáveis utilizadas**

Este estudo se utilizou de métodos descritivos e quantitativos junto as variáveis criadas com os dados do Inep, além disso, algumas foram obtidas se utilizando do cálculo de outras variáveis e com base em orientações do MEC.

**Quadro 01:** Variáveis utilizadas com os dados do Inep referentes a 2013 e 2017.

Nome da variável	Descrição	Descrição das categorias
IN_CAPITAL_CURSO	Informa se o local de oferta do curso está localizado na capital	1 = sim; 0 = não
CO_UF_CURSO	Código da Unidade da Federação do local de oferta do curso	11. Rondônia (RO) 12. Acre (AC) 13. Amazonas (AM) 14. Roraima (RR) 15. Pará (PA) 16. Amapá (AP) 17. Tocantins (TO) 21. Maranhão (MA) 22. Piauí (PI) 23. Ceará (CE) 24. Rio Grande do Norte (RN) 25. Paraíba (PB) 26. Pernambuco (PE) 27. Alagoas (AL) 28. Sergipe (SE) 29. Bahia (BA) 31. Minas Gerais (MG) 32. Espírito Santo (ES) 33. Rio de Janeiro (RJ) 35. São Paulo (SP) 41. Paraná (PR) 42. Santa Catarina (SC) 43. Rio Grande do Sul (RS) 50. Mato Grosso do Sul (MS) 51. Mato Grosso (MT)

		52. Goiás (GO) 53. Distrito Federal (DF)
QT_CONCLUINTE_CURSO	Número de concluintes no curso	Cálculo de concluinte (soma do número de alunos com situação de vínculo ao curso igual a 6. Formado/a)
QT_INGRESSO_CURSO	Número de ingressantes no curso	Cálculo de ingressante (soma do número de alunos)
CO_CATEGORIA_ADMINISTRATIVA	Código da categoria administrativa	1. Pública Federal 2. Pública Estadual 3. Pública Municipal 4. Privada com fins lucrativos 5. Privada sem fins lucrativos 7. Especial
CO_GRAU_ACADEMICO	Código do grau acadêmico conferido ao aluno pela conclusão dos requisitos exigidos pelo curso	1. Bacharelado 2. Licenciatura 3. Tecnológico
CO_MODALIDADE_ENSINO	Código da modalidade de ensino do curso	1. Presencial 2. Curso a distância

Foram divididos os cursos entre capital e interior se utilizando da variável sobre capital. Com os cálculos dos dados estaduais foi possível criar uma variável que apresentasse informações regionais sobre o curso. Dessa forma, ficaram evidentes algumas diferenças no número ofertados nas regiões com maior e menor economia do país.

No que diz respeito a categoria administrativa, foram consolidados os dados dos cursos apenas como públicos e privados, sem a distinção entre municipal, estadual e federal, para as instituições públicas ofertantes, e sem definir com ou sem fins lucrativos

quando se tratam de cursos privados. Foi enfatizado o grau acadêmico de bacharelado, uma vez que é o grau conferido ao curso de ciências econômicas, e trabalhado apenas os dados relativos aos cursos presenciais.

Segundo o MEC, a Taxa de Sucesso na Graduação, ou simplesmente TSG, é um importante indicador de performance da educação superior adotado pelas IES. Ela informa, percentualmente, a relação de alunos que finalizaram o curso sobre o número total dos que ingressaram.

$$TSG = \frac{\text{número de diplomados}}{\text{número total de ingressantes}}$$

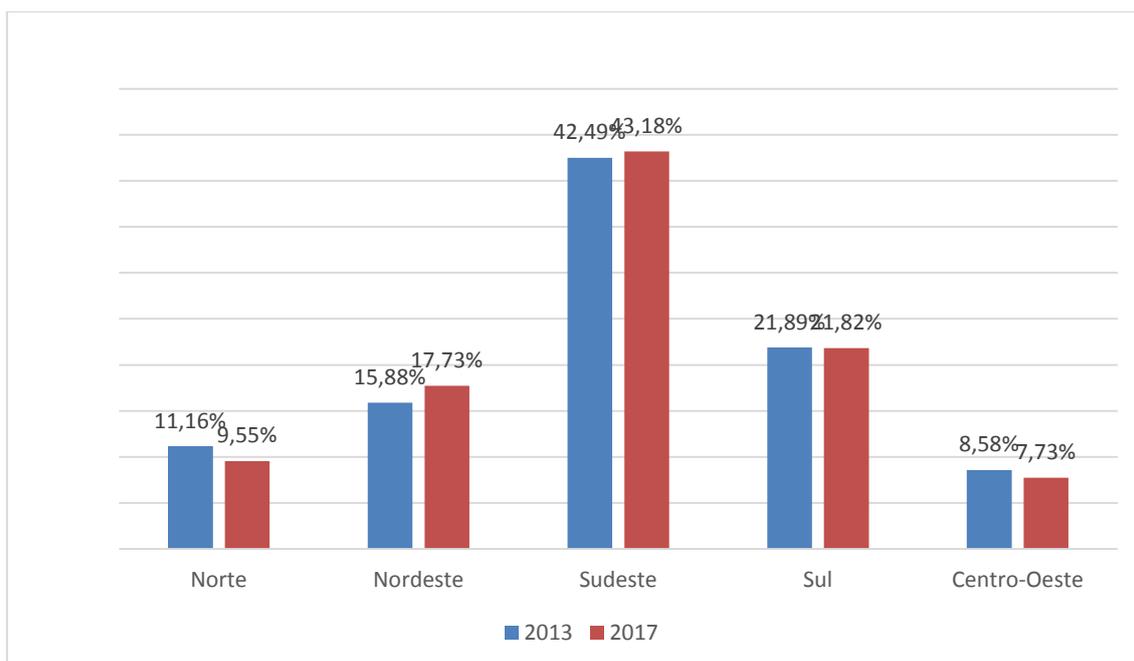
Pelas orientações do MEC, para o número de diplomados (NDI), deve-se considerar o número de concluintes (que completaram os créditos, mesmo não tendo colado grau) dos cursos no ano letivo correspondente ao exercício, e para o cálculo dos ingressantes, deve ser considerado o ano do suposto ingresso dos estudantes que se graduam no exercício, com base na duração padrão prevista para cada curso. Para este estudo foi considerada uma variação dessa taxa, sendo ela calculada com o número de diplomados e ingressantes do mesmo ano letivo.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1. Censo do curso de Ciências Econômicas:**

Segundo censo do Inep, existiam no Brasil, em 2017, um total de 220 (duzentos e vinte) cursos de graduação presenciais em ciências econômicas, número um pouco menor que os 233 (duzentos e trinta e três) cursos existentes no ano de 2013. O cenário de crise econômica, sobretudo, teve contribuição para redução desse número.

No território nacional, a região Sudeste se apresenta com a maior concentração de cursos, como mostra o gráfico 01. No entanto, embora o percentual no quadro nacional de cursos tenha aumentado, de 42% para 43%, houve uma pequena diminuição no número de cursos da região, caindo de 99 para 95 cursos entre os anos de 2013 e 2017. Esses números, provavelmente, estão em acordo, pois trata-se da região com maior população, 87,7 milhões de habitantes, e o maior PIB, R\$ 3.332.052.000, dentre as demais regiões (IBGE, 2018).

**Gráfico 1:** Distribuição do curso por região em 2013 e 2017.

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior – INEP 2013 e 2017.

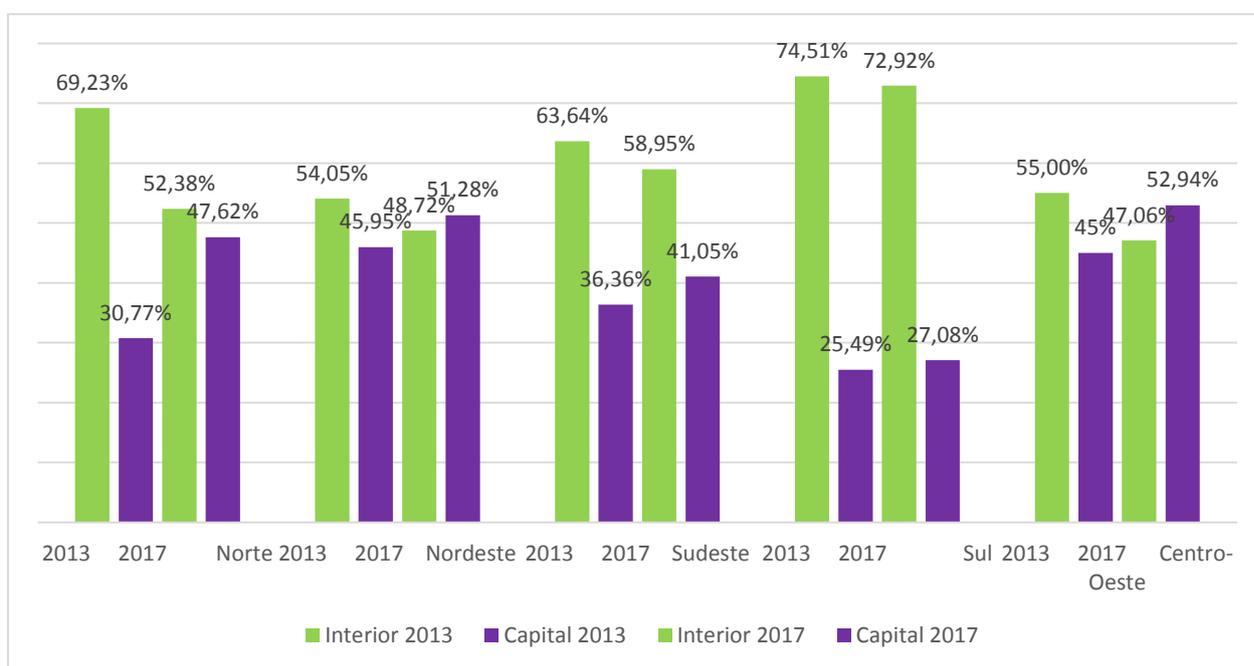
Apenas o Sul manteve uma estabilidade percentual no quadro nacional em 21% do total de cursos do país, mas também apresentou uma queda no número de cursos, de 51 para 48 cursos. Norte e Centro-Oeste apresentaram queda tanto nominal, de 26 para 21 e 20 para 17 cursos, quanto percentual, de 11% para 9% e 8 para 7%, respectivamente.

O Nordeste se destaca como a única região em que houve um crescimento tanto em percentual quanto em número de cursos. Em 2013 a região concentrava 15% do total de cursos ofertados no Brasil, em 2017 subiu para 17% desse total, e os números de cursos aumentaram de 37 para 39. Esse crescimento se deu na rede pública, uma vez que a região foi a mais afetada pelos efeitos da crise, com 5 dos 8 estados com queda acumulada no PIB acima dos 9% entre 2014 e 2017, segundo números de 2017 do IBGE, sendo assim viu seu número de cursos privados reduzir de 11 para 10.

Quando se considera a distribuição por local de oferta entre capital e interior, a região Sul é a que apresenta uma relação mais discrepante, 74% dos cursos se localizavam no interior dos estados, em 2013, e 72% em 2017. Essa pequena variação foi causada pela diminuição de cursos no interior de 38 para 35 cursos, enquanto nas capitais o número se manteve o mesmo, 13 cursos. O Norte também apresentava percentuais mais distantes em 2013, 69% no interior e 30% em capitais, mas em 2017

apresentou uma maior distribuição nessa relação, 52% em interior e 47% em capitais; muito desse ajuste se deve ao fato da redução na oferta de cursos no interior, passando de 18 para 11 cursos, enquanto nas capitais observou-se comportamento inverso, subindo de 8 para 10 cursos, no intervalo de 4 anos.. O Centro-Oeste foi uma das duas regiões a inverter os percentuais, em 2013 a maior parte dos cursos, 55% do total da região, se concentrava no interior, já em 2017 o percentual caiu para 47%. Essa mudança no Centro-Oeste se dá pelos números ofertados no interior, que caíram de 11 para 8 cursos, enquanto nas capitais se manteve em 9 cursos.

**Gráfico 2:** Distribuição dos cursos em CAPITAL E INTERIOR nos anos de 2013 e 2017



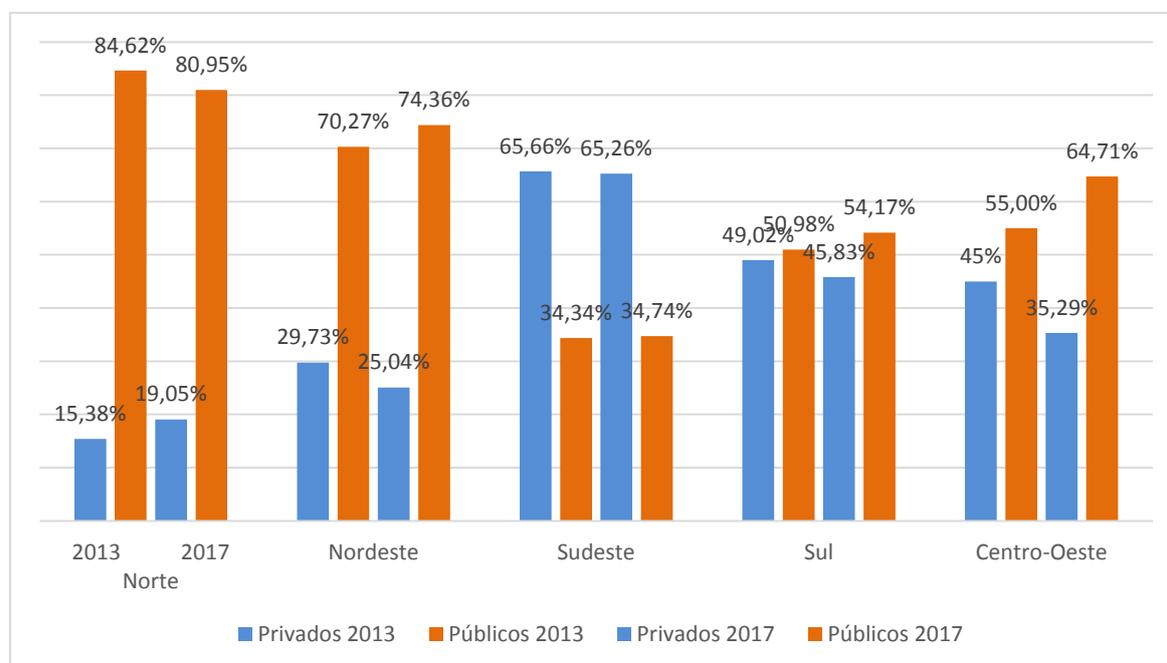
Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior – INEP 2013 e 2017.

Na região Sudeste, houve aumento no número de cursos nas capitais de 36 para 39, e queda nos cursos ofertados no interior de 63 para 56 cursos, obviamente, a relação percentual da região se tornou mais equilibrada. Nos dois anos há um destaque por parte do estado de São Paulo com o maior número, 61 em 2013 e 58 em 2017, números que superam os das outras quatro regiões se consideradas isoladas. A exemplo da região em que se localiza, possui a maior população e PIB entre os estados brasileiros, e também conta com 7 cidades do interior entre as 20 com maiores PIBs em todo território nacional, segundo dado divulgado pelo IBGE no ano de 2018.

O Nordeste, a exemplo do Centro-Oeste, viu mudar a maior parte da concentração de cursos do interior para as capitais dos estados. A região, como é sabido, foi a única que teve aumento no número total de cursos, e esse aumento se deu nas capitais, o número de cursos nas capitais subiu de 17 para 20, e no interior houve ainda a redução de 20 para 19 cursos. O estado de Pernambuco já possuía a maior parte dos seus cursos na capital em 2013, o número de cursos na capital era 6 contra apenas 3 do interior, e em 2017 essa diferença aumentou, para 7 cursos na capital e os mesmos 3 no interior. Muito dessa diferença no estado talvez esteja relacionada ao fato da Região Metropolitana do Recife concentrar uma população estimada em mais de 4 milhões do total de 9,5 milhões de habitantes do estado, e responder por um Produto Interno Bruto de 99 dos 167 bilhões de reais de todo o estado (IBGE, 2018).

Dos 13 cursos extintos entre os anos de 2013 e 2017 no Brasil, 10 eram ofertados em instituições privadas. Segundo levantamento do MEC (2017), as instituições privadas sofreram mais com os reflexos da crise econômica vivida pelo país, com 13,5 milhões de desempregados e queda de 3,6% no PIB, em 2016, segundo dados do IBGE (2017).

**Gráfico 3:** Distribuição dos cursos por categoria administrativa, 2013 e 2017.



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior – INEP 2013 e 2017.

Esse comportamento é percebido nas regiões Nordeste, Sul e Centro Oeste. Por não se tratar de um curso de “vocação”, isto  , não está na lista dos cursos de nível superior mais tradicionais como Medicina e Direito, a demanda por esse curso   naturalmente pequena. Isso desestimula as IES particulares em manter o curso de Ciências Econômicas. Essa, talvez, possa ser a explica o para a redu o da oferta entre estas institui es.

Outro fator a considerar está relacionado aos problemas com os programas governamentais, como o caso do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Um entrave bastante preocupante do programa foi o atraso no repasse de recursos financeiros às institui es de ensino superior, e ainda, dificuldades dos alunos em se matricular pelo FIES, problema enfrentado até no atual governo, e que tem impedido os estudantes de frequentarem às aulas (Abmes,2019).

Em 2015, o MEC definiu um número limite de vagas para o FIES em 150,5 mil, em 2017 esse mesmo número de vagas ofertados não foram totalmente preenchidas, havendo 21,8% de ociosidade das vagas (Abmes,2017), números muito inferiores se comparados às 731,3 mil vagas contratadas em 2014. O professor Carlos Monteiro (2017), consultor de Ensino Superior e fundador da CM Consultoria, afirma que em torno de 60% da educa o superior presencial depende do FIES.

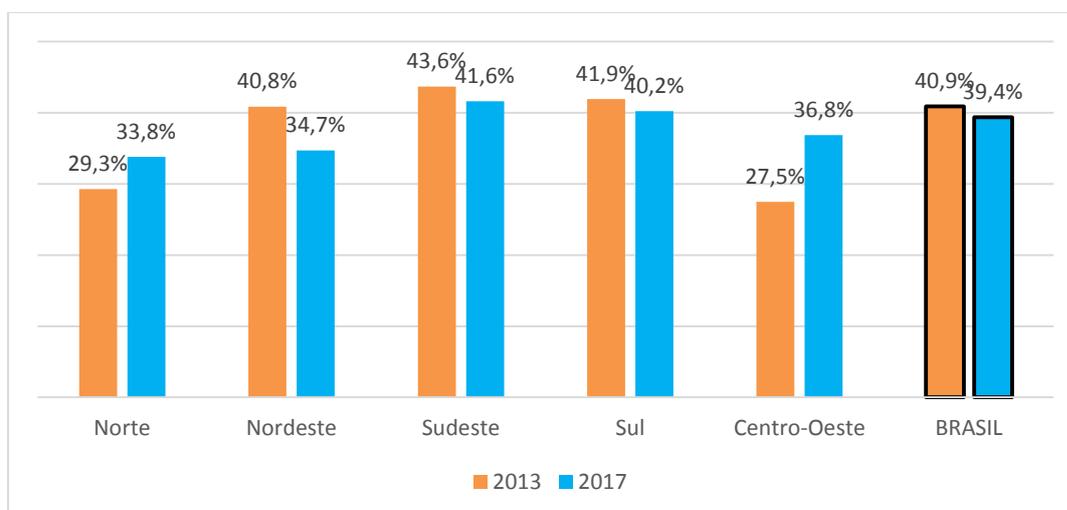
Segundo o Sindicato dos Professores de Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro-RS, 2017), houve um aumento de 35% nas demissões de docentes nas institui es particulares gaúchas. Para Monteiro (2017), outro fator a se considerar   o salto no crescimento que a Educa o a distância (EAD) alcançou nos últimos anos e influenciou na queda das dos ingressantes das institui es tradicionais, uma vez que tendem a ter um custo mais acessível, além de maior flexibilidade em lugares e horários para se estudar. De acordo com os dados do Censo da Educa o Superior, houve um crescimento do ensino a distância em 17,6% de 2016 para 2017, chegando a quase 1,8 milhão de matrículas, 21,2% do total de matrículas no ano de 2017.

#### **4.2- A Taxa de Sucesso da Gradua o (TSG) para curso de Ciências Econômicas**

Serão apresentadas nessa parte do estudo algumas informa es a respeito da taxa de sucesso do curso de ciências econômicas, assim como sua varia o nos anos de 2013 e 2017 e possíveis fatores que causaram essa mudança. A região Sudeste apresenta a maior taxa dentre as cinco, seguida pelo Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte, nessa

ordem. Apenas o Sudeste e o Sul apresentam uma taxa superior à média nacional, e o declínio de 2013 para 2017 é puxado pelo comportamento dessas duas regiões, considerando que juntas elas respondem por 65% dos cursos de Ciências Econômicas do Brasil. A região Nordeste foi a que apresentou o pior desempenho dentre, com uma redução de aproximadamente 15%. Em contrapartida, apenas Norte e Centro-Oeste apresentaram melhoras de desempenho nesse indicador.

**Gráfico 4:** Taxa de Sucesso na Graduação do curso de Ciências Econômicas nos anos de 2013 e 2017



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior – INEP 2013 e 2017.

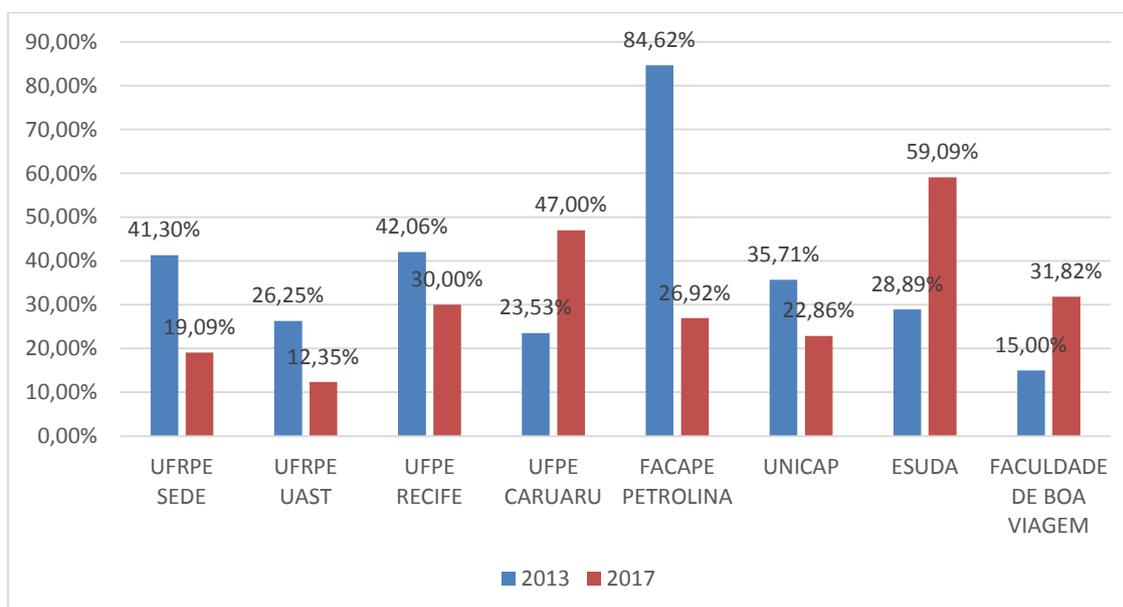
A evasão do ensino superior, como esperado, tem sido um fator determinante para o decréscimo da taxa de sucesso em todo ensino superior, principalmente em instituições particulares, em dados de 2016 do Censo da Educação Superior, mais de 2 milhões de matrículas desvinculadas em todo país e 86% delas na rede privada. Como já apontado anteriormente, o cenário econômico desfavorável, além das mudanças nas políticas federais de bolsas e financiamento estudantil, contribuiu para desistência de muitos estudantes, esses fatores foram corroborados por Sólton Caldas (2017), diretor – executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes).

Nas instituições públicas o declínio da taxa de sucesso na graduação está ligado ao fato dos estudantes estarem levando mais tempo para se formarem, segundo informações do Instituto Lobo (2017). Segundo relatório da Universidade Federal de Minas Gerais, que avaliou o desempenho dos estudantes no período de 2007.1 a 2017.2, dos estudantes que chegaram a concluir o curso de ciências econômicas, mais de 70%

ultrapassaram o tempo regulamentar de 8 semestres (tempo regulamentar da própria instituição), e mais de 15% ultrapassaram 10 semestres para se graduarem. Muito dessa dificuldade também, talvez, se deve a um quadro nacional de ensino médio defasado. De acordo com relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico publicado ao fim de 2016, o Brasil tinha média abaixo da internacional em matemática, leitura e ciências.

O estado de Pernambuco possuía 08 cursos de Ciências Econômicas, em 2013, e viu esse número aumentar para 09, em 2017, sendo a maior parte deles situados na capital e ofertados na rede pública. Com exceção da UFPE-CAA (Centro Acadêmico do Agreste – Caruaru), apenas as instituições privadas apresentaram um uma melhora no desempenho do indicador, e de maneira bastante acentuada chegando a dobrar o percentual. A FACAPE Petrolina apresentou a maior variação negativa com um declínio de 68% em sua taxa de sucesso no curso de graduação em economia.

**Gráfico 5:** Taxa de Sucesso na Graduação de Ciências Econômicas das instituições de Pernambuco nos anos de 2013 e 2017.



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior – INEP 2013 e 2017.

A instituições privadas pernambucanas seguem em contramão ao encolhimento da média nacional, provavelmente atrelados ao desempenho da economia do estado no mesmo período, em que houve uma queda mais branda do PIB estadual, segundo dados

relativos a 2016 divulgados pelo IBGE, propiciando assim uma menor evasão por parte dos graduandos.

No entanto, mesmo algumas instituições pernambucanas obtendo um alto desempenho no indicador Taxa de Sucesso na Graduação, ainda há outros fatores que atestam quanto à qualidade do ensino superior no estado de Pernambuco. O MEC faz uso de avaliações periódicas dos cursos de graduação, avaliando a qualidade em três frentes.

O primeiro é o Enade, com avaliação periódica trienal, que mede o desempenho dos estudantes ingressantes e aqueles que encontram-se no final do curso. A nota dos alunos ingressantes é determinada pela sua nota no ENEM, enquanto os alunos de final de curso passam por uma avaliação que engloba conhecimento de formação geral e específica. O segundo indicador de qualidade é o Conceito Preliminar de Curso (CPC) que engloba o desempenho dos alunos, através do ENADE, o valor agregado do pelo processo formativo, medido pelo Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)<sup>1</sup> e os insumos referentes às condições de oferta, que leva em consideração o corpo docente, infraestrutura e recursos didáticos-pedagógicos. O CPC é calculado no ano seguinte a realização do ENADE, sendo então trienal. O terceiro, e último, é o Índice Geral de Cursos (IGC), que contempla a média do CPC do último triênio, considerando os cursos avaliados, ponderados pelo número de matrículas em cada um dos cursos que entram no cálculo; a média dos conceitos da última avaliação trienal disponível da CAPES ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação; e a distribuição dos alunos em graduação ou pós-graduação, desconsiderando caso a IES não ofereça pós-graduação *stricto sensu*.

De acordo com as informações divulgadas pelo MEC em 2018, apenas 57% de um total de 277 cursos em Pernambuco obtiveram desempenho satisfatório, e apenas 1 dos 12 cursos com nota máxima era ofertado em instituição privada (MEC,2018). Como mostra a tabelas 01, dentre os nove cursos três apresentaram queda no conceito do ENADE (UFRPE-UAST; FACAPE e FBV), no entanto o conceito do CPC manteve-se constante, revelando que os elementos corpo docente e infraestrutura, que compõem o cálculo desse indicador, apresentaram considerável melhora, contrabalanceando o desempenho dos alunos. Apenas o curso de Ciências Econômicas da UFRPE-Recife alcançou aumento no conceito do ENADE, mas sem variação na nota do CPC. No caso

---

<sup>1</sup> O IDD mede o desenvolvimento dos alunos concluintes, considerando seu desempenho no ENADE e no ENEM, recuperando o resultado desses exames por meio do CPF.

da UFPE, ofertados em Recife e em Caruaru, as notas do ENADE não sofreram variações, no entanto o CPC caiu de 4 para 3 em decorrência da piora na avaliação da organização didático pedagógica, de infraestrutura física e do IDD.

**Tabela 01: Notas de avaliação do ENADE e do CPC dos cursos de Ciências Econômicas ofertados pelas IES de Pernambuco.**

Nome da IES	Sigla da IES	Município do Curso	Categoria Administrativa	ENADE		CPC	
				2012	2015	2012	2015
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	UNICAP	RECIFE	PRIVADA	2	-	3	2
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS ESUDA	FCHE	RECIFE	PRIVADA	2	2	3	3
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	CARUARU	PÚBLICA	3	3	4	3
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	RECIFE	PÚBLICA	3	3	4	3
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	RECIFE	PÚBLICA	2	3	3	3
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	SERRA TALHADA	PÚBLICA	4	2	3	3
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E SOCIAIS DE PETROLINA	FACAPE	PETROLINA	PÚBLICA	3	1	3	*
CENTRO UNIVERSITÁRIO FBV WYDEN	UniFBV WYDEN	RECIFE	PRIVADA	3	2	3	3
FACULDADE SÃO MIGUEL	FACULDADE SÃO MIGUEL	RECIFE	PRIVADA	1	-	SC	-

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos Resultados do INEP

**Nota:** (\*) De acordo com o INEP, curso não reconhecido até 31/12/2015;

(-) Valores não disponibilizados pelo INEP

SC = Sem Conceito. O CPC só pode ser calculado quando o curso tem no mínimo 02 estudantes concluintes.

Examinando a tabela 02 contendo as notas do IGC das IES de Pernambuco ofertantes do curso de Ciências Econômicas, nos anos de aplicação do ENADE e no ano mais recente, levando em consideração que a nota máxima é cinco (05), as Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) são as únicas com nota quatro entre as IES públicas, enquanto o Centro Universitário FBV Wyden é a única dentre as particulares. Isso ocorre em 2017, quando esta deixa de ser registrada pelo INEP como Faculdade e passa a ser registrada como Centro Universitário. De todo modo, mostra a importância da pesquisa, verificada pela presença dos programas de pós-graduação nas IES.

**Tabela 02:** Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGP) das IES de Pernambuco que ofertam o curso de Graduação em Ciências Econômicas

Nome da IES	Categoria Administrativa	IGC		
		2012	2015	2017
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	PRIVADA	3	3	3
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS ESUDA	PRIVADA	3	3	3
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	PÚBLICA	4	4	4
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	PÚBLICA	4	4	4
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E SOCIAIS DE PETROLINA	PÚBLICA	2	4	3
CENTRO UNIVERSITÁRIO FBV WYDEN	PRIVADA	3	3	4
FACULDADE SÃO MIGUEL	PRIVADA	3	3	3

Fonte: Elaboração própria a partir dos Resultados do INEP

Embora o comportamento da TSG nos anos 2013 e 2017 preocupe, os demais indicadores de qualidade implementados pelo MEC ajudam a diagnosticar os pontos que precisam de maior atenção para garantir a qualidade do curso por meio de constantes mudanças na organização da estrutura didático-pedagógica. Isso será de fundamental relevância para um curso que exige atualizações constantes para atender as demandas do mercado e as inovações do campo teórico.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou analisar o Censo da Educação Superior enfatizando os cursos de graduação presenciais em ciências econômicas no Brasil nos anos de 2013 e 2017, as mudanças ocorridas nesse período, bem como tentar responder algumas das questões por trás dessas mudanças. O peso da economia nos anos citados foi apontado como um dos principais fatores a contribuir para variações negativas no ensino privado, tanto em novos ingressantes como em evasão, e parece sensato ao ponto de que se considera a educação como investimento e se considerarmos que a população realmente esteja sem dinheiro para empregar em qualquer investimento, além do fato de que programas governamentais passaram por grandes dificuldades como repasse de recursos financeiros e empobrecimento na oferta de vagas, esse último um problema que perdura até os dias atuais.

Outro problema encontrado pela educação superior, principalmente na rede pública, é o ensino médio defasado e que acarreta em um alongamento do tempo para conclusão do curso e até desistências. Uma educação básica muito distante da oferecida nas universidades, o ensino médio brasileiro demonstra carência de aptidão em disciplinas essenciais.

É notável como as instituições públicas, mesmo com queda na TSG, apresentaram um bom rendimento nos demais indicadores. Portanto, avaliações como o Enade, e indicadores como o CPC e IGC, ajudam a mensurar um pouco do desempenho e qualidade das instituições de ensino superior, uma vez que a Taxa de Sucesso na Graduação é apenas mais um indicador, e considerá-la unicamente empobrece uma avaliação mais precisa.

Sem mais, é importante ressaltar o papel imprescindível do Estado na mudança desse quadro para melhor, seja nas políticas que possibilitem o acesso as instituições privadas, com programas como FIES, ou mesmo nas instituições da rede pública, mas sem esquecer da educação básica. A criação de um ambiente com qualidade de vida para seus habitantes requer que uma atuação firme em que o capital humano se torna inerente na busca por melhoras socioeconômicas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORES DE ENSINO SUPERIOR.,

BECKER, G. S. Human capital, Nova York 1964.

BLAUG, M. The Economics of Educations in English Classical Political Economy: a re-examination, In essays on Adam Smith, orgs. A. S. Skinner e T. Wilson, Oxford 1975.

BRESSAN, V. R. R.; GASPARELO, R. R. S. A relação economia e educação e seus impactos no ensino superior brasileiro, Revista Educação em Debate, Fortaleza, vol. 40, nº 77, 2018.

CASTRO, J. M. at al, Educação e Formação de Adultos, Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos 2001.

FILHO, N.M et al. O Impacto do Ensino Superior sobre o Trabalho e a Renda do Municípios Brasileiros. Inper Instituto de Ensino e Pesquisa, nº 20, agosto de

FONSECA, E. G. O capital humano na filosofia social de Marshall. Revista de Economia Política, vol.12, nº2 (46), abril-junho/1992.p. 65; p.81.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acessado em 18 de julho de 2019 as 14:30hs

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. “Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade” PROJETO CNE/UNESCO 914BRZ1136.3. Brasília, 14 de julho de 2013. p.26 ;30-34.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Sisu - Sistema de Seleção Unificada. 2013a. Disponível em: . Acesso em: 12. abr. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2011a). Programa de Financiamento Estudantil. Disponível em: Acesso em: 18 julho. 2019.

REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - Reuni. <http://reuni.mec.gov.br/> Acessado em: 16 julho 2019.

SCHULTZ, T. O capital humano: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.